



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150816 - PA (2021/0232535-9)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CARLOS VITOR FLEXA FERREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**CORRÉU** : FLÁVIO BARATA MONTEIRO  
**CORRÉU** : EDSON VANDER DE OLIVEIRA NUNES FILHO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS VITOR FLEXA FERREIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0804916-48.2021.8.14.0000).

O recorrente foi denunciado como incurso no art. 157, §§ 2º, inciso II e 2º-A, inciso I, do Código Penal. Acolhendo pedido do Ministério Público, a prisão preventiva foi decretada.

Aponta que não teria sido apresentada fundamentação idônea e elementos concretos para a ordenação e manutenção da custódia cautelar, porquanto estaria baseada em dados genéricos, insuficientes para tanto, em afronta ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 315 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, subsidiariamente, com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 61-62):

*No que concerne à alegação de ilegalidade por inexistência de motivos para segregação cautelar, entendo que a mesma não pode prosperar, pois o douto magistrado a quo fundamentou sua decisão na necessidade de garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal, relatando a existência de prova da materialidade e indícios de autoria, tendo em vista a conduta atribuída ao paciente e, o fato de ter sido preso, novamente, pelo cometimento de novo delito, devendo, portanto, ser preservada a ordem pública por meio da decretação da custódia cautelar.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência